

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 05 de dezembro de 2023 às 07h58
Seleção de Notícias

IstoÉ Online | BR

Marco regulatório | INPI

STF julga alcance de decisão que proibiu extensão de patentes 3
ÚLTIMAS | ESTADÃO CONTEÚDO

UOL Notícias | BR

05 de dezembro de 2023 | Marco regulatório | INPI

Açaí do Acre recebe certificado de origem do Brasil e anima bioeconomia 5

Congresso em Foco | BR

Direitos Autorais

Jornalismo sustentável: conheça os debatedores do seminário da próxima quinta 6

Migalhas | BR

ABPI

ESG, greenwashing e relações governamentais 8

STF julga alcance de decisão que proibiu extensão de patentes

ÚLTIMAS

Estadão Conteúdo | Estadão Conteúdo <https://istoe.com.br/autor/estado-conteudo/> 04/12/2023 - 14:49
Para compartilhar:

A 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) julga nesta semana uma ação importante para a indústria farmacêutica. A discussão gira em torno do alcance da decisão que limitou o prazo de patentes a 20 anos. O julgamento, que começou na última sexta-feira, 1º, é realizado no plenário virtual até 11 de dezembro.

No caso concreto, a Corte decide se o laboratório EMS poderia ter iniciado a produção da versão genérica do anticoagulante rivaroxabana antes da decisão do Supremo, em maio de 2021. Pelo critério fixado na decisão, a patente da farmacêutica Bayer sobre a substância expirou em dezembro de 2020. O laboratório diz que a produção começou em abril de 2021, após o ministro Dias Toffoli proferir decisão liminar suspendendo a prorrogação do prazo de patentes.

Os ministros avaliam uma reclamação contra decisão de um tribunal de primeira instância que condenou a EMS a destruir os lotes produzidos antes da decisão do STF e a indenizar a Bayer por **violação** de patente. A ação não é vinculante a outros processos, mas pode servir de precedente para casos similares.

Em outubro, o ministro Luiz Fux proferiu decisão monocrática acolhendo a reclamação da EMS. A Bayer entrou com recurso pedindo a reconsideração da decisão de Fux, e por isso a ação foi levada para análise do colegiado da 1ª Turma. Ainda faltam votar os ministros Alexandre de Moraes, Cármen Lúcia e Cristiano Zanin.

Esta é a terceira reclamação de farmacêuticas estrangeiras que chega ao Supremo. Nos dois primeiros

casos, a Corte deu razão ao argumento dos laboratórios nacionais. Os ministros entenderam que a Justiça não está autorizada a prorrogar patentes.

Segundo um levantamento realizado pelo Grupo Farma Brasil, uma associação que representa os principais laboratórios nacionais, atualmente existem 47 processos judiciais movidos por empresas farmacêuticas estrangeiras. Essas ações buscam a extensão de patentes após a decisão proferida pelo Supremo.

Um estudo de maio deste ano feito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), à pedido da Farma Brasil, estimou que o orçamento do SUS pode ficar até R\$ 1 bilhão mais caro e os remédios teriam aumento de até 60% caso essas patentes sejam estendidas. O estudo considera apenas as 39 ações judiciais de laboratórios que tramitavam na época.

Na petição ao STF, o EMS argumentou que a importação e a manipulação de matéria-prima para a produção da substância no período que vai do fim do prazo de 20 anos da patente, ou seja, de 11 de dezembro de 2020, até a publicação da ata de julgamento no Supremo, em 13 de maio de 2021, não pode embasar qualquer condenação.

Os advogados do laboratório alegam que o uso do medicamento com **patente** expirada configura o "reconhecimento de uso lícito de invenção que havia caído em domínio público".

Entenda

Em 2021, no julgamento da ADI 5529, o Supremo declarou inconstitucional a regra que permitia a prorrogação dos prazos de patentes em caso de demora na análise do pedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**). A Corte decidiu que, no

caso de produtos farmacêuticos, a decisão teria efeitos retroativos. Portanto, a partir do julgamento, patentes de medicamentos que já haviam ultrapassado o prazo de 20 anos perderam validade.

O STF fez uma ressalva para preservar "eventuais efeitos concretos já produzidos em decorrência da extensão de prazo das referidas patentes". No caso do tribunal que condenou a EMS a indenizar a Bayer, Fux entendeu que a sentença aplicou incorretamente a decisão do Supremo.

De acordo com Fux, a preservação dos "efeitos concretos" teve o objetivo de evitar a judicialização de contratos realizados no período da patente estendida e impedir que o detentor da patente fosse responsabilizado por "uso privilegiado indevido". O ministro destacou que essa ressalva, contudo, não autoriza os laboratórios a obter indenizações por atividades que seriam proibidas caso a patente estivesse válida.

O lado da EMS

O professor da Faculdade de Direito da USP André Ramos Tavares, hoje ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), disse em parecer jurídico elaborado para a EMS que "a patente aqui em referência definitivamente expirou em dezembro de 2020". "E o que temos, na prática, é que a Bayer está a pretender, neste momento, extrair consequências jurídicas em período no qual já não detinha mais o privilégio patentrário", afirmou.

O advogado Flávio Jardim, do escritório Sérgio Bermudes, que representa a EMS no STF, reforça que a decisão do STF declarou extintas as patentes que haviam ultrapassado a vigência de 20 anos. "De forma alguma os 'efeitos concretos' significam que a Bayer poderia prorrogar a patente dela", afirmou ao Broad-

Continuação: STF julga alcance de decisão que proibiu extensão de patentes

cast.

"O Supremo está mais uma vez ratificando que não há possibilidade de extensão de patentes de medicamentos no Brasil. É a vitória da coletividade sobre os interesses de laboratórios estrangeiros que querem prorrogar infinitamente suas patentes", avalia o advogado Elias Nóbrega, também do Sérgio Bermudes.

O lado da Bayer

Em manifestações enviadas ao STF, a Bayer nega que busque a prorrogação da patente. "O ponto central da discussão é que a decisão reclamada se limitou a resguardar os efeitos concretos produzidos pela patente até o julgamento da ADI 5529", afirmou a defesa da empresa em junho.

Procurada pela reportagem, a Bayer disse em nota que "investe cerca de 15% de seu faturamento em pesquisa e desenvolvimento de novos medicamentos, sendo que o tempo médio para a concessão de uma patente na área farmacêutica em 2018 e 2021, por exemplo, foi de aproximadamente 10 e 13 anos".

"A Bayer cumpre e respeita as normas brasileiras, e assim como outras empresas, busca, com argumentos jurídicos legítimos, uma resposta jurisdicional para questões que ainda não estão pacificadas nos tribunais. Especificamente em relação à Rcl 59091, em julgamento no STF, a empresa aguarda a decisão do julgamento em andamento, e caso considere pertinente, avaliará opções legais posteriormente ao acórdão ser proferido", afirmou em nota.

Siga a IstoÉ no Google News e receba alertas sobre as principais notícias

Açaí do Acre recebe certificado de origem do Brasil e anima bioeconomia

Produtor do Acre mostra o açaí recém colhido Imagem: Foto cortesia de Kate Evans/CIFOR (CC BY-NC-ND 2.0 DEED) Distante 363 quilômetros da capital do Acre, a cidade de Feijó é conhecida como a "Terra do Açaí". O produto está tão entremeadado à cultura local que também dá nome ao festival mais popular da cidade, reunindo centenas de pessoas como uma forma de cultuar o fruto da palmeira Euterpe precatoria, nativa da Amazônia, e protagonista na cultura e história do município. Os produtores locais consideram a fruta a "pedra preciosa da floresta" e agora estão comemorando uma recente conquista: o

açaí de Feijó agora é considerado, de fato e de direito, um dos melhores do país. Em setembro deste ano, o fruto cultivado nas terras feijoenses recebeu a **Indicação** Geográfica (IG) dada pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**), sendo a primeira certificação do país para este produto. Antes disso, o açaí cultivado no Arquipélago do Bailique, na foz do Amazonas, havia recebido a certificação Forest Stewardship Council (FSC), que atesta que o açaí é extraído de forma responsável, com manejo sustentável.

Jornalismo sustentável: conheça os debatedores do seminário da próxima quinta



Especialistas internacionais, parlamentares, representantes do setor e do governo vão debater o financiamento e o desenvolvimento do jornalismo na próxima quinta-feira (7). Você poderá acompanhar as discussões do seminário "Caminhos para um jornalismo sustentável", promovido pelo Congresso em Foco com apoio do Google, a partir das 9h30. Clique abaixo e ative a notificação para ser informado sobre o início da transmissão.

Entre os temas a serem discutidos, a evolução dos modelos de negócios, políticas públicas, regulação, liberdade de expressão e de imprensa, **direitos** autorais, além da aceleração tecnológica do setor. Referências internacionais em comunicação e direito na internet, os pesquisadores Paul Matsko e Michael Geist vão falar sobre o cenário e as propostas internacionais em debate para a sustentabilidade do jornalismo.

Matsko é historiador de mídia de massa pelo Cato Institute, um think tank americano que atua em temas como a advocacia pública, exposição de mídia e influência social; e Michael Geist é professor em Direito da Internet e do Comércio Eletrônico da Universidade de Ottawa (Canadá) e membro do Centro de Direito, Tecnologia e Sociedade.

O panorama brasileiro terá painel exclusivo com a

participação de João Brant, secretário de Políticas Digitais do governo federal, de Sérgio Lüdtke, presidente do Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo (Projor), e de Katia Brembatti, presidente da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji). A atuação parlamentar e as propostas relacionadas ao jornalismo e mídias digitais serão abordadas pela deputada Carol Dartora (P-T-PR) e pela diretora de Relações Institucionais da Associação de Jornalismo Digital (Ajor), Carla Egydio.

O evento contará ainda com a presença de representantes da consultoria econômica LCA Consultores, do Instituto Palavra Aberta, que atua pela liberdade de expressão, e da Rede Future of Local News, pesquisa acadêmica internacional sobre jornalismo.

Veja o perfil dos palestrantes:

Carol Dartora

Deputada federal pelo PT do Paraná, é professora, historiadora e sindicalista. Participa das discussões sobre modelos de financiamento do jornalismo.

Carla Egydio

Advogada formada pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e cientista social formada pela Universidade de São Paulo, pós-graduanda em Direito Legislativo pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP).

João Brant

Doutor em Ciência Política (USP), mestre em Regulação e políticas de comunicação (LSE-Reino Unido) e graduado em Comunicação Social (USP). Foi secretário-executivo do Ministério da Cultura (2015

Continuação: Jornalismo sustentável: conheça os debatedores do seminário da próxima quinta

a 2016) e assessor especial na Secretaria Municipal de Cultura em São Paulo (2013 e 2014). Trabalhou por quinze anos em organizações da sociedade civil e como consultor para organizações internacionais, como a Unesco.

Katia Brembatti

Jornalista com 21 anos de experiência, atua na cobertura de política, meio ambiente, infraestrutura e Judiciário. Com a série Diários Secretos, juntamente com três colegas, recebeu o Prêmio Esso, o Tim Lopes, o Ipys de melhor reportagem da América Latina e o Global Shining Light Award, de melhor reportagem em país em desenvolvimento. É editora no Estadão Verifica e professora de Jornalismo na Universidade Positivo.

Michael Geist

Professor de direito na Universidade de Ottawa, onde ocupa a Cátedra de Pesquisa do Canadá em Direito da Internet e do Comércio Eletrônico e é membro do Centro de Direito, Tecnologia e Sociedade. Atua em conselhos como: Internet Archive Canada e o Conselho Consultivo da EFF. Foi nomeado para a Ordem de Ontário em 2018 e recebeu vários prêmios por seu trabalho.

Nina Weingrill

Jornalista, co-fundadora da Énois, um laboratório de jornalismo sem fins lucrativos que tem como objetivo democratizar a mídia por meio do treinamento e promoção da produção jornalística local. É fellow ICFJ (International Center for Journalists) e parte da rede Future of Local News, onde pesquisa ecossistemas de informação local e suas intersecções com políticas públicas.

Patricia Blanco

Formada em Relações Públicas pela Cásper Líbero, com pós em Marketing pela ESPM. É presidente executiva e do Conselho Diretor do Instituto Palavra Aberta, Conselheira titular e VP do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, membro do Conselho de Ética do CONAR; membro do Conselho Editorial da Folha de S. Paulo e da Comissão Permanente de Comunicação e Liberdade de Expressão do Conselho Nacional de Direitos Humanos.

Paul Matzko

Historiador da mídia de massa, pesquisador do Cato Institute e autor de *The Radio Right: How a Band of Broadcasters Took on the Federal Government and Built the Modern Conservative Movement* (Oxford University Press, 2020).

Sérgio Lüdtke

Editor-chefe do Projeto Comprova e presidente do Projor - Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo. Coordena a área de cursos da Abraji e o projeto Atlas da Notícia, que mapeia a presença do jornalismo local e os desertos de notícias no Brasil.

Silvia Fagá de Almeida

Doutora em economia, diretora de concorrência da LCA e professora do MBA da FGV e da Educação Executiva do Insper. Conselheira do IBRAC e vice-presidente da rede Women in Antitrust (WIA, Brasil).

Veja a programação:

Congresso Em Foco Coalizão Brasil Clima

ESG, greenwashing e relações governamentais



ESG, greenwashing e relações governamentais Luiz Ricardo Marinello A COP-28 em Dubai reúne representantes de todo o mundo para discutir mudanças climáticas. Enquanto os governos têm seu papel, o comportamento das indústrias é crucial para atingir metas, e a atuação das entidades em relações governamentais pode indicar genuína preocupação ambiental ou apenas estratégias de marketing. segunda-feira, 4 de dezembro de 2023 Atualizado às 10:38 Compartilhar ComentarSiga-nos no A A

Esta semana, tem início a COP-28, em Dubai, que colocará na mesma mesa, diversos representantes de países de todos os lugares do mundo, para que discutam avanços ou retrocessos envolvendo mudanças climáticas.

Nota-se que os governos possuem seu papel, mas, o comportamento das indústrias é que torna possível o cumprimento das metas estabelecidas.

É interessante destacar que a atuação de entidades no campo das relações governamentais, pode ser vista como um dos parâmetros para identificar se há por parte delas, de fato, uma política efetiva em favor da

sustentabilidade e da defesa ambiental ou apenas uma política de marketing (greenwashing) em torno desses temas.

Na bagagem, o Brasil leva a Dubai os primeiros resultados da política nacional de combate ao desmatamento, decorrente da criação de uma secretaria extraordinária com foco específico nessa meta, bem como a grande matriz consolidada de energia limpa e renovável do país, com projetos de expansão.

Diversas são as iniciativas governamentais para dar foco a agenda de sustentabilidade. Uma delas é a recente criação da Comissão de Sustentabilidade e Bioeconomia - COSBIO pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial, através da Portaria 48 de 06 de novembro de 2023, que busca aproximar os temas de bioeconomia e propriedade industrial - lembrando que a **transferência** de tecnologia pode representar um instrumento relevante, para que o Brasil consiga adquirir novos meios de combate ao desmatamento.

No campo legislativo, a tentativa de dar mais material a Lula durante essa semana pouco saiu do papel. A chamada "pauta verde" a que se referiu o presidente da Câmara, Arthur Lira, ficou bastante desbotada. Destaque temático, o PL do Mercado de Carbono, já aprovado no Senado em outubro, não teve acordo em torno do texto proposto e sequer foi pautado, assim como o Plano Nacional de Aceleração da Transição Energética também deixou de ser votado. De avanço, a Casa aprovou o projeto que inclui o hidrogênio verde e o hidrogênio combustível na Política Energética Nacional, que vai ao Senado. Com uma boa dose de amargor, o marco regulatório da eólicas em alto-mar foi aprovado com algumas desfigurações, que chegam a beneficiar matrizes energéticas de combustíveis fósseis altamente poluentes, como o carvão e o gás.

Tipicamente tratados como pauta positiva, esses projetos estão longe de ser os únicos que impactam questões de sustentabilidade de preservação do meio

Continuação: ESG, greenwashing e relações governamentais

ambiente. Há também diversas propostas que ameaçam retrocesso ou mesmo obstáculos para pesquisa em favor do desenvolvimento sustentável (impedimento de produção, reprodução, importação, exportação e comercialização de carne cultivada, por exemplo, tema que já foi aqui tratado¹). Há ainda matérias que propõem a flexibilização de conteúdo informativo em embalagens quanto a produtos nocivos à saúde ou mesmo de seu uso na produção agrícola. Vale notar que nessa mesma semana, o chamado PL do Veneno, que flexibiliza regras de controle de uso de agrotóxicos, foi aprovado no Senado e vai à sanção ou veto pela presidência da República.

A atuação de empresas e entidades setoriais nos campos legislativo e regulatório é uma forma concreta de ratificar os seus esforços institucionais em favor da chamada pauta verde. A contrário senso, o empenho em obstaculizar o avanço de pautas sustentáveis e preservacionistas ou mesmo em favorecer projetos que vão na contramão desses princípios, acabam por depor contra a imagem que as instituições muitas vezes tentam ostentar perante o público consumidor. Neste sentido, o artigo "To Prove Your Company Isn't Greenwashing, Endorse Smart Regulation"² publicado por Kristina Marusic na Harvard Business Review, que menciona o comportamento de montadoras de automóveis nos Estados Unidos, que resolveram trilhar caminho distinto da posição adotada pelo governo, por acreditarem que o impacto ambiental, com a política adotada, seria maior:

"When companies that will have to adhere to new regulations endorse them, it makes a strong statement to customers and prompts competitors to follow their

lead. A prime example: In 2020, large auto manufacturers including Mercedes-Benz, Honda, Ford, Volkswagen, and BMW announced they wouldn't adhere to the Trump administration's rollback of emission standards and would instead continue to comply with the previous standards enacted by the Obama administration to reduce planet-warming carbon dioxide emissions. The move was a PR boon for these companies, but more importantly, a significant win for the planet."

Portanto, a atuação de entidades/empresas no campo legislativo e regulatório é uma forma objetiva de iluminar a coerência ou discrepância institucional entre as suas agendas de relações governamentais e relações públicas, não somente, mas também no campo da sustentabilidade de da preservação ambiental.

1 Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/388950/comercia-lizacao-de-carne-cultivada-no-brasil>

2 Disponível em: <https://hbr.org/2023/11/to-prove-your-company-isnt-greenwashing-endorse-smart-regulation?ab=HP-latest-text-8>

Luiz Ricardo Marinello Mestre em Direito pela PUC/SP; Professor na INSPER em Contratos de PI; Professor em Especialização de PI na ESA/SP; Coordenador de Comitê na **ABPI**; Diretor da ASPI; sócio de Marinello Advogados;

Índice remissivo de assuntos

Marco regulatório | INPI
3, 5

Patentes
3

Denominação de Origem
5

Direitos Autorais
6

ABPI
8